

3 PERGUNTAS...

"Presidente tem margem de manobra significativa"

O que pode provocar uma interrupção na legislatura?

Com um Governo com maioria absoluta, tirando fatores excecionais – por exemplo: a continuação de crises dentro do Governo como aconteceram nos últimos meses – não é pensável uma interrupção da legislatura. Mas o Presidente da República [PR] tem uma margem de manobra significativa, mesmo com governos de maioria absoluta, dada a natureza semipresidencial do regime. E o seu poder de dissolução não tem critérios definidos.

Como pode o arito do PM como PR desgastar o Governo?

É pouco provável que qualquer panorama de eleições antecipadas proporcione repetição da maioria. É natural que o maior partido da oposição se coloque como alternativa, mesmo que isso não surja agora nas sondagens. Não é provável que o PM seja de novo candidato a PM. Mas não iludamos o princípio segundo o qual os dirigentes políticos visam essencialmente a sua sobrevivência no poder, como PM, na Presidência ou noutro cargo político. O regresso à vida privada não é um facto fundamental na vida dos políticos.

As eleições europeias poderão revelar-se um momento decisivo na avaliação da legitimidade da atual maioria para continuar a governar?

Formalmente, não – mas, dependendo dos resultados, os dirigentes podem tirar conclusões nacionais. Guterres demitiu-se depois de eleições locais. Essas conclusões podem ser tiradas por iniciativa do PM ou do PR. No entanto, retirando a demissão com pretexto/cálculos estratégicos, seria preciso que as europeias representassem uma forte punição ao Governo.



António Costa Pinto
Político

E DEPOIS DA SILLY SEASON?

O desafio de Costa. Ir das "contas certas" para a "obra feita"

PARTIDO SOCIALISTA Uma novidade pós *rentrée* seria os problemas no Governo passarem a ser provocados de fora para dentro – e não exclusivamente por culpa própria. Porque não há capacidade reformista sem estabilidade.

TEXTO JOÃO PEDRO HENRIQUES

Aqui há umas semanas, dias depois de o primeiro-ministro (PM) ter recusado oferecer ao Presidente da República (PR) a cabeça do ministro das Infraestruturas, João Galamba, um outro ministro, em conversa com o DN, antevia uma pacificação relativamente rápida na coabitação Costa-Marcelo, aproveitando-se para isso esse grande momento de pacificação cristã que é a Jorna da Mundial da Juventude (JM). "Aproveitam esse evento para se reconciliarem e depois mais lá para o fim do verão o primeiro-ministro faz a remodelação" (ou seja, afasta finalmente Galamba, como o PR tem vindo a pedir desde o início de maio).

Ora o Papa Francisco chega amanhã a Lisboa – sendo logo recebido em Belém por Marcelo –, partindo domingo de regresso ao Vaticano. Se a JM poderá (ou não) providenciar a António Costa e a Marcelo Rebelo de Sousa um cenário de reconciliação é o que falta saber. Mas o que aparentemente parece já consolidado é que João Galamba está seguro na governação.

Do passado parece já ser o tempo em que não conseguia fazer passar nenhuma mensagem que não tivesse a ver com os famosos incidentes de 26 de abril no seu gabinete. Ainda no sábado passado anunciava que esta semana seria feito o lançamento do concurso para a construção do primeiro troço da ligação entre Sines e a A2, com o traçado entre Relvas Verdes-Roncão, num investimento estimado de 58 milhões de euros. "É um dia bastante importante. Foi ontem publicada a portaria que permite às Infraestruturas de Portugal lançar o concurso para o troço Relvas Verdes-Roncão", dizia.

Aparentemente, já ninguém se lembra da CPI (Comissão Parla-

mentar de Inquérito) à TAP e de como vários partidos da oposição (à direita do PS) o acusaram de ter mentido aos deputados. E na verdade ficou sem se saber se o Ministério Público abriu ou não inquérito à intervenção do SIS nos incidentes da tal noite de 26 de abril (um agente das "secretas" foi a casa de um adjunto que João Galamba tinha acabado de despedir buscar-lhe um computador portátil de serviço). Galamba respira de alívio. E o ministro em chamas passou a ser outro.

CRAVINHO AGUENTA-SE?

Na manhã de 7 de julho, uma sexta-feira, agentes da PJ bateram à porta da casa do secretário de Estado da Defesa, Marco Capitão Ferreira. Iam-lhe fazer buscas no âmbito do processo "Tempestade Perfeita", que investiga suspeitas de corrupção em contratos do Estado com privados no setor da Defesa. Informaram o secretário de Estado de que ele era de facto arguido nesse processo estando suspeito de corrupção e na sequência imediata disso o governante comunicou a sua demissão à respetiva ministra, Helena Carreiras. Logo às 9h00, o primeiro-ministro anunciava em nota oficial do seu gabinete que tinha proposto ao Presidente da República a exoneração do secretário de Estado. Capitão Ferreira deixou o gabinete sem estar sequer substituído – o lugar ficou vago quase duas semanas. Só no dia 20 é que o Presidente da República deu posse ao novo secretário de Estado, Carlos Lopes Pires, um diplomata que estava atualmente nos serviços de informações.

Sendo certo que João Gomes Cravinho não é hoje ministro da Defesa – é titular dos Negócios Estrangeiros – a verdade é que era essa a sua função à data em que

ocorreram os factos pelos quais Marco Capitão Ferreira é suspeito de corrupção. E na semana passada ficou a saber-se que Capitão Ferreira colaborou diretamente com o gabinete de Cravinho na Defesa, ainda por cima no âmbito de uma comissão sem nomeação formal (e sem remuneração), algo que Cravinho não informou o Parlamento quando há dias lá esteve a falar do antigo secretário de Estado e da operação "Tempestade perfeita". Resumindo: agora é a cabeça de Cravinho que os partidos da oposição o querem – sobretudo os partidos à direita do PS. O Chega e a Iniciativa Liberal já disseram que não tem margem para continuar. O

● A oposição vai acusar o Governo de com o OE2024 já estar a preparar o início do ciclo eleitoral (há eleições europeias marcadas para junho do próximo ano). Especula-se que a cabeça-de-lista do PS será Ana Catarina Mendes. O que dará pretexto para uma remodelação governamental.



PSD duvida que tenha. E o fogo só não é mais violento porque o Parlamento está de férias. Por ora, o Presidente da República ainda não disse nada de substancial sobre este assunto – nem fez saber por portas travessas.

EUROPEIAS: QUEM VAI LIDERAR A LISTA?

Provavelmente, o PR aprendeu com o caso Galamba que a publicidade das suas avaliações negativas a ministros só faz com que Costa os mantenha em funções – ou seja, têm o efeito contrário ao pretendido. Seja como for, faltam mais de três anos para a legislatura acabar. Portanto, quanto a uma remodelação que envolva ministros, há uma certeza: acontecerá. Resta saber quando – quem serão os justos premiados.



LEONARDO NEGRÃO / GLOBAIMAGES

Dentro do PS especula-se – sem conhecimento de nenhuma informação diretamente proveniente do próprio António Costa – sobre a possibilidade de haver uma grande remodelação a preparar o lançamento da campanha do PS para as próximas eleições europeias (junho de 2024). Sabe-se que os socialistas reunirão em congresso de 15 a 17 de março, sendo que obviamente António Costa será recandidato a secretário-geral.

Quanto à lista europeia, circula a especulação de que Costa poderá escolher uma mulher para encabeçar a lista. Que no caso seria a atual ministra adjunta e dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes. Isso daria pretexto, eventualmente, para uma remodelação mais alargada. Mas não é claro se

não se tornará insustentável manter João Cravinho até lá. A evolução judicial do processo “Tempestade perfeita” poderá ter uma palavra a dizer – e de facto já o teve, ao implicar a demissão de Marco Capitão Ferreira.

Para já, o verão apresenta-se também quente para o ministro da Saúde. Todos os dias surgem notícias de urgências fechadas por falta de pessoal. E Lisboa vai ser sujeita a teste de stress cujo desenvolvimento ninguém consegue prever com o encerramento para obras da maternidade do Hospital de Santa Maria. Ninguém esquece que foi uma crise nas urgências obstétricas que levou Marta Temido a demitir-se de ministra da Saúde, em agosto de 2022.

Entretanto, algo incompreensi-

velmente, o novo diretor executivo do SNS, Fernando Araújo, que tomou posse em dezembro do ano passado, continua a funcionar sem que o seu cargo esteja regulamentado. No passado dia 24, o ministro da pasta, Manuel Pizarro, disse que isso está para acontecer (“uma questão de dias ou de semanas”). Mas ao mesmo tempo desvalorizou a existência de regulamentação afirmando que isso “não tem impedido” o diretor executivo do SNS de trabalhar.

Findas as *rentrées* (a do PS ainda não foi agendada), o país político começará a preparar-se para a discussão do Orçamento do Estado para 2024, o qual dará entrada no Parlamento em meados de outubro, como manda a lei. Através de Fernando Medina, ministro das Fi-

nanças, o Governo já começou a anunciar uma proposta do género mãos largas, acabando-se com as cativações. O que se espera da oposição é o óbvio: que acuse o Executivo de eleitoralismo. E antes, em setembro, Belém voltará a insuflar conversas sobre dissolução do Parlamento e eleições antecipadas, convocando o Presidente da República o segundo *round* da reunião do Conselho de Estado alegadamente interrompida em 21 de julho pela suposta pressa que o primeiro-ministro tinha em ir apanhar um avião para a Nova Zelândia.

ESQUERDAS “UNIDAS” DE NOVO

Em plena discussão orçamental, algures no fim de outubro ou no princípio de novembro, voltará a falar-se muito da ‘geringonça’. Ao que o DN apurou, está marcado para essa altura o 1º fórum aberto ao público do novo *think-tank* das esquerdas, “Causa Pública”, cuja assembleia fundadora será em setembro.

Não tendo nascido de nenhum partido, a nova organização tem entre os seus fundadores militantes (e ex-militantes) do PS, do BE, do PCP e do Livre. O grupo fundador inclui a deputada socialista Alexandra Leitão, o economista José Reis, Rogério Moreira, a antiga deputada do BE Ana Drago e o antigo militante (e ministro) do PS Paulo Pedroso (ver entrevista ao lado). Mobiliza também personalidades como o militante comunista Tiago Mota Saraiva, o antigo líder da CGTP (e ex-militante do PCP) Manuel Carvalho da Silva e ainda o advogado (e militante do Livre) Ricardo Sá Fernandes.

Paulo Pedroso já explicou a nova organização dizendo que “o espaço conservador e o espaço liberal de algum modo já se organizaram nesse sentido”, dando como exemplo a Sedes ou +Liberdade. Ou seja, o objetivo é constituir no “espaço progressista” um “*think tank* de referência” que irá “produzir propostas que depois os atores políticos poderão, se assim o entenderem, retomar ou tomar ou não”. As áreas temáticas serão seis: qualidade da democracia, desafios climáticos, economia e desenvolvimento, políticas de inclusão, saúde e cultura.

Assim, o que espera Costa depois da *silly season* é um outono intenso, entre acusações de eleitoralismo à direita e pressões à esquerda para ser mais “progressista” – ou, enfim, juntar às contas certas da sua governação a obra feita em setores como a Saúde, a Educação e a Habitação. Entre uns e outros estará Marcelo a recordar como o facto de haver uma maioria absoluta esvazia o Parlamento e, por consequência, enaltece o seu próprio papel. Mas se os embaraços à governação vierem de fora, isso, em si mesmo, já será algo de novo.

joao.p.henriques@dn.pt

3 PERGUNTAS...

“Muito improvável interrupção da legislatura”

O que pode provocar uma interrupção na legislatura?

Acho muito improvável que a legislatura seja interrompida, exceto se António Costa tomar alguma decisão que o impeça de continuar a ser primeiro-ministro [PM]. Em abstrato, a avaliação de que um Governo perdeu a legitimidade para governar poderá decorrer da combinação de maus resultados da governação com uma perda acentuada de apoio popular e institucional, que levem a acreditar ser muito provável que os eleitores queiram um governo diferente. Nada indica que estejamos próximos dessa situação.

Como pode o trito do PM com o PR desencadear a partir do “caso Galamba” desgastar o Governo?

O “caso Galamba” desgasta o Governo porque a decisão do PM é vista como estando errada. Os ministros assim desgastados, mesmo que injustamente, acabam sempre por ser substituídos quando o Governo ganha consciência de que a situação lhe é muito prejudicial. O caso marcou uma mudança de relacionamento entre o PM e o PR. Quando o que o PM pretendia estiver consolidado, resolve a questão. Provavelmente na próxima remodelação. Sabemos que vai acontecer, não sabemos quando.

As eleições europeias poderão revelar-se um momento decisivo na avaliação da legitimidade da atual maioria para governar?

Só um resultado excepcionalmente negativo do PS (e excepcionalmente positivo do PSD) poderia ter esse efeito. Mas seria uma inferência de risco. Pode ser um indicador de erosão (ou não) mas não é um indicador legítimo de avaliação das condições de prosseguimento da legislatura.



Paulo Pedroso
Sociólogo

E DEPOIS DA *SILLY SEASON?*

O desafio
de Costa.
Ir das "contas
certas" para
a "obra feita"

PÁGS. 10-11